

## **Tão Próximas e tão Distantes: classes sociais e a apreensão da complexidade social brasileira**

*Eveline Bertino Algebaile*

### **Resumo**

As incertezas que marcam o atual quadro de mudanças nas sociedades ocidentais têm levado a severos questionamentos sobre a potencialidade analítica de formulações que tratam a formação de classes como elemento central à compreensão da organização e das transformações destas sociedades. Neste artigo, analisam-se alguns aspectos do pensamento do historiador E. P. Thompson sobre a formação de classes, bem como de autores brasileiros de perspectiva marxista sobre nossa realidade. Busca-se evidenciar que, nesta perspectiva, existem interpretações de grande fecundidade na apreensão de complexos aspectos de nossa organização social.

## Diante de nós, as incertezas

*¿Cómo te llamas? ¿Cómo se llamó antes esta montaña y cómo se llama ahora este río?  
¿Cuáles son tus palabras, cómo hablas, quién habla por ti?  
¿Qué recuerdas? ¿De dónde vienes? ¿Quiénes son tu padre y tu madre? ¿Reconoces a tus hermanos?  
¿Qué quieres?*

Carlos Fuentes

Atualmente, discussões sobre a viabilidade de transformações sociais exigem cuidados. É outro o terreno sobre o qual projetamos expectativas e no qual buscamos propor novas possibilidades. Se não houve mudança efetiva no modo de produção – que é, ainda, por excelência, capitalista – devemos reconhecer que o capitalismo encontrou formas de se realizar que desafiam nossa compreensão. Os cenários “desalinhados” e as mudanças na organização social, sem delineamentos precisos, dificultam a apreensão dos elementos, movimentações e relações essenciais do real que poderiam nos dar melhores condições para supor as transformações e seus possíveis sujeitos.

Esse quadro de imprecisões e incertezas se expressa, no plano teórico, entre outros aspectos, em novas polêmicas sobre os referenciais adequados à apreensão dessa realidade em mutação. Dedico-me, neste artigo, a pensar as formulações que concebem a formação de classes como elemento central à compreensão da organização e das transformações sociais, perguntando sobre suas possibilidades analíticas face ao atual quadro de mudanças.

Parte da crítica atual sobre os limites das formulações sobre classes sociais, para a compreensão da organização social e dos movimentos da história, vincula-se à idéia de fim da centralidade do trabalho como instância organizadora da vida e, conseqüentemente, como categoria explicativa da vida social. Estaríamos diante de uma nova complexidade do social, demarcada não apenas pela ampliada diversificação dos lugares ocupados pelos grupos na produção, mas, também, pela coexistência de múltiplos centros organizadores da vida – especialmente, aspectos da cultura como gênero, etnia, religiosidade, entre outros. As discussões sobre as mudanças da história, portanto, deveriam ter por referência as múltiplas territorialidades que se formam, a partir daí, e as formas de enfrentamentos a elas vinculadas.

Compartilho, em grande parte, dessa compreensão. Acredito que devemos nos perguntar, no entanto, se o reconhecimento desses outros elementos elimina por completo o sentido de pensar a formação de classes como referência fundamental (certamente, não exclusiva) à compreensão da vida social, na contemporaneidade.

Acredito que a nova visibilidade que temos, atualmente, desses outros elementos, não deve implicar o abandono das formulações sobre classes sociais sem submetê-las a novas provas. Se o momento é de dúvidas, convém encará-las não apenas como convite a novos referenciais, mas também como um desafio que nos leve a explorar, em formulações tidas como superadas, aspectos que porventura tenham sido subsumidos por leituras orientadas por outros contextos e desafios históricos.

Observa-se, aqui, portanto, também uma tentativa de lembrar que a questão da *complexidade*, tão em moda, não nos levará muito adiante se for tratada como uma “descoberta” recente: ela só se apresenta, verdadeiramente, como possibilidade teórica criadora quando não nos encarcera no pensamento presente e não silencia os diálogos fecundos que podemos e devemos ter com as formulações realizadas no passado.

Neste artigo, realizo essa exploração a partir do pensamento Edward Thompson, um historiador inglês que se dedicou, particularmente, à discussão da formação de classes sociais. A escolha de Thompson se deve, em primeiro lugar, a sua filiação teórica às formulações de Marx, inquestionável matriz de pensamento sobre o tema. Em segundo lugar, por sua ênfase aos aspectos da cultura e por sua visão complexa dos movimentos da história. Thompson não é o único pensador marxista que ousou neste sentido. Poderia destacar, aqui, entre outras, as surpreendentes formulações de Antonio Gramsci e Henri Lefèbvre. Mas a centralidade da questão da formação da classe na obra desse autor e o caráter sistemático de sua produção sobre o assunto me animaram a abordar seu pensamento nos limites de um artigo.

Faço de Thompson um ponto de partida para trazer, na parte final deste artigo, algumas interpretações da realidade brasileira que, de meu ponto de vista, têm mostrado grande fecundidade na apreensão de complexos aspectos de nossa organização social, valorizando a dimensão da cultura sem, contudo, tratar tal dimensão como antagonica à apreensão do caráter de classe que marca a formação de nossa sociedade.

## Fios que nos tecem como sujeitos da história

No início da obra *A formação da classe operária inglesa*, Thompson (1987, p.9) adverte: “A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente em seu próprio fazer-se”.

Não é pequeno o significado dessa advertência. Ela demarca uma recusa de tratamento das classes sociais como mera peça componente de determinada estrutura social. É assim que Thompson ressalta não apenas o movimento histórico formador das classes, mas também o fato de que esse processo tem sujeitos, e sujeitos internos a essa própria formação histórica. Sendo histórica e elaborada pelos sujeitos que a compõem, a formação da classe evidencia-se como processo impossível de ser resumido a um inventário de aspectos permanentes.

Compreendendo a classe não como “estrutura” ou “categoria”, mas como “algo que ocorre concretamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas”, como um “processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos”, Thompson apreende a classe como “fenômeno histórico, que unifica uma série de fenômenos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência” (1987, p.9).

O fenômeno histórico da classe, portanto, não se realiza apenas no terreno de uma experiência estreitamente concebida como restrita ao lugar que os grupos de indivíduos ocupam na produção e nas atividades e ações diretamente ligadas ao lugar ocupado. Realiza-se, também, e de forma imprescindível, no plano da consciência construída sobre esse lugar e sobre as atividades e ações direta ou indiretamente ligadas a ele. E o desvelamento dos aspectos que denotam a formação de classe como processo complexo requer uma atenção especial para a forma como se compreende tanto a *experiência* quanto a formação da *consciência*.

A atenção à *experiência* como esfera complexa implica não se resumir a experiência da classe a um rol de atividades e procedimentos que se repetiriam na vida de cada indivíduo que tem, em comum com outros, o fato de ocupar um lugar semelhante na produção. A verdadeira experiência da classe torna-se impalpável se não considerarmos que o lugar e o processo de sua realização não se restringem às atividades inerentes ao processo de trabalho, mas alcançam as *ações e relações* constituintes deste processo e por ele mediadas, o que significa considerar, como elemento central, as *relações entre classes*.

A classe não preexiste às relações que estabelece com outras classes, supostamente já formadas. Elas se formam *na relação*, a formação de classe sendo, portanto, um processo, a um mesmo tempo, objetivo e subjetivo, que inclui identificações e diferenciações e cuja centralidade da experiência resulta de sua dimensão coletiva, capaz de dotá-la de historicidade, fazendo com que, às relações presentes, agreguem-se valores, percepções e sentidos construídos mesmo por gerações passadas.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. (Thompson, 1987, p.10)

A historicidade da experiência é um elemento fundamental à compreensão da forma complexa como Thompson concebe a formação da classe. É através dela que podemos talvez melhor compreender o elo entre experiência e consciência de classe.

Se as relações de produção (em que os homens nasceram ou entraram involuntariamente) são determinantes, em grande parte, da experiência de classe,

“A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma *lógica* nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos pregar nenhuma *lei*. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma”. (Thompson, 1987, p. 10)

A ênfase no caráter cultural da consciência é um ponto central para a discussão aqui pretendida. Ela se antepõe a concepções simplificadoras da noção de classe, cujos questionamentos, efetuados por Thompson, apresentam um interesse especial.

O autor identifica três principais concepções das quais discorda. As duas primeiras têm em comum o fato de tratarem a *classe social como coisa*. A diferença fica posta nas perspectivas teóricas distintas: uma “marxista” e outra funcionalista. No primeiro caso, contrariando o próprio significado histórico atribuído à classe por Marx (expresso

na sua apreensão como *relação*), a classe é compreendida como algo que tem “uma existência real, capaz de ser definida quase matematicamente – uma quantidade de homens que se encontra numa certa proporção com os meios de produção” (1987, p.10). A essa primeira compreensão corresponde um entendimento da consciência de classe como algo idealizado e externo ao nicho cultural no qual a experiência de classe se realiza. Haveria

“uma superestrutura cultural, por onde esse reconhecimento desponta sob formas ineficazes. Essas ‘defasagens’ e distorções culturais constituem um incômodo, de modo que é mais fácil passar para alguma teoria substituta: o partido, a seita ou o teórico que desvende a consciência de classe, não como ela é, mas como deveria ser”. (Thompson, 1987, p. 10)

No segundo caso, uma perspectiva funcionalista, a classe, tomada como componente estático da estrutura social, é vista como algo portador de um “papel social” predeterminado e constante, essencial ao funcionamento harmônico da sociedade. Ali, a consciência de classe é também vista como externa, mas como uma espécie de “invenção de intelectuais deslocados” dirigida à quebra da coexistência harmoniosa dos diferentes grupos sociais, cujas relações deveriam ser de cooperação e complementaridade.

A terceira concepção discutida por Thompson é a que nega a idéia de classe, constituindo-se, portanto, como crítica às formulações que a afirmam. Ai também o autor identifica um grande reducionismo: a crítica deste terceiro grupo de autores tem por base, apenas, as versões “marxistas” mais simplistas, que, no entanto, são tratadas como se fossem representativas de toda e qualquer formulação marxista e mesmo marxiana a esse respeito. Atribui-se a Marx, neste caso, uma “tosca noção de classe” que “pode ser criticada sem dificuldades”, fazendo-se com que qualquer noção de classe apareça como uma “construção teórica pejorativa, imposta às evidências” (1987, p.10).

Tem-se então, em Thompson, a complexidade como característica inevitável do processo de formação de classe, se a compreendermos como formação tanto cultural quanto econômica. A classe não se forma por aglutinação de indivíduos previamente idênticos, mas por gradativa aproximação de indivíduos e grupos que compartilham certas experiências relativas ao lugar que ocupam no modo de produção. Tais experiências, sempre ricas em diversidade, apresentam aspectos possíveis de serem compreendidos como comuns a certos grupos e opostos a outros. As identidades, nesse caso, não preexistem à experiência desses indivíduos e grupos, mas, ao contrário, se formam exatamente no seu processo de realização. E não se formam por mera adesão a aspectos considerados comuns, “idênticos”, mas através de um complexo processo que inclui a elaboração gradativa de aproximações e de diferenciações.

Tal como a classe não preexiste à sua própria formação através de um processo histórico, também inexistem, antecipadamente, todos os aspectos que serão elaborados como comuns, constituindo as identidades. Os indivíduos e grupos que, ao longo de um processo histórico, constituirão as classes, são contraditórios; a noção de pertencimento a certo grupo não é dada previamente, mas resulta das possibilidades, postas pela experiência comum, de enfrentamento conjunto de algumas questões a partir de pontos de vista diversos, até que certas aproximações começam a se traçar e se apresentar como dominantes, ao mesmo tempo em que certos antagonismos, em relação a outras classes, também vão sendo elaborados e se evidenciando.

Para Thompson, isto pode ser percebido, entre outros aspectos, na forma gradativa como certos conteúdos de vida e ação vão sendo transpostos, do plano das relações particulares, vividas como experiência pessoal direta, para o plano das relações genéricas, vividas como experiência coletiva. A formação de identidades e antagonismos parece depender das possibilidades de que as experiências particulares possam ser generalizadas para determinados conjuntos de indivíduos e grupos. A importância dada pelo autor a essa possibilidade pode ser bem exemplificada nas relações que ele busca rastrear entre alguns antagonismos inicialmente “estranhamente amadores e incertos” e outros, posteriores, já vividos de forma coletiva e impessoal, como se alguns indivíduos, em um dado momento, estivessem, “ensaiando em confrontos curiosamente pessoais o que seriam os embates massivos impessoais do futuro” (1987, p.17).

Outro aspecto importante de se destacar nas formulações de Thompson é referente à forma como concebe o *papel da tradição* na formação de classe. Perspectivas que discutem as classes como formações dirigidas à produção de relações mais “avançadas” e outras que, ao contrário, identificam nelas o conservadorismo e o atraso, podem, igualmente, ter como pressuposto uma idéia negativa da tradição, explorando pouco, nas análises, seu papel na constituição das identidades, diferenciações e noções de direitos constituintes da classe. Outra situação, na qual a tradição tende a ser secundarizada nas análises, pode ser identificada nas tendências a se ler o passado à luz de preocupações posteriores, de forma que, na investigação, só sobressaem os elementos que, em alguma medida se mantiveram, e de forma nítida, no presente.

O esforço de olhar o passado com vistas à apreensão de formas não familiares e que, ao menos em um primeiro momento, nos parecem absolutamente superadas (e, portanto, aparentemente inócuas como elementos “produtores de história”), pode nos levar a compreender as formas “vencedoras” como resultado do encontro, con-

fronto e recriação de formas originalmente diferentes (o que expõe que as formas “vencidas” não são inócuas, mas igualmente produtoras do real). E pode, também, nos levar a melhor perceber, no presente, como elemento ativo da produção do real, formas que tendemos a tratar como totalmente superadas ou como meros resíduos em vias de superação (Thompson, 1987, p.12-13).

Quanto a isto, Thompson enfatiza a importância de que o estudo das transformações não se atenha às alterações de contexto, indicando a importância de flagrar, em tais contextos, as *tradições persistentes*, ou seja, que tiveram continuidade. Esta idéia de *tradições persistentes* implica a compreensão de que as formas de retraimento, os “passos atrás”, podem conter uma grande capacidade de preservação de valores, conceitos, identidades, formas de conduta que, em situações até muito posteriores no tempo, podem se reavivar, produzindo noções de direitos, aproximações e diferenciações de grande potencial transformador. Aí também implica um tensionamento da idéia de “avanço” e de “moderno”: as modernizações promovidas em uma racionalidade do capital podem conter perdas incalculáveis em termos humanos. Ao mesmo tempo, resistências ou efetivas conquistas das classes operárias, resultantes da persistência de antigas tradições, podem significar a afirmação de valores humanos, a um mesmo tempo, mais antigos e superiores a noções mais atuais e “racionais”.

Existe ainda outro aspecto relativo à idéia de *persistência* que me parece muito fecundo na compreensão das possibilidades de transformação social no capitalismo. O tempo da formação das identidades, diferenciações e noções de direito das classes pode ser profundamente diferente do tempo da produção, pelo capital, de mudanças materiais. As noções de direito capazes de pôr em xeque as afirmações capitalistas podem requerer a persistência, no tempo, de determinadas práticas, cuja “antigüidade” pode ser essencial para a instauração e elaboração dos valores, identidades e diferenciações que só aos poucos se traduzem em noções de direitos claramente formuladas e antepostas às noções de direitos constituintes de classes antagônicas.

Da discussão da persistência, desdobra-se, por fim, uma tensão a respeito da qualificação dos elementos constitutivos da classe como *positivos* ou *negativos*. Identificando que as idéias e atitudes essenciais na formação e consolidação dos movimentos sociais tendem a ser apresentadas de forma idealizada, Thompson busca mostrar que elas não derivam, única e exclusivamente, de um ilusório percurso específico de tais movimentos, mas podem ter origem em outras esferas – como a religiosa e a literária, por exemplo – migrando, posteriormente, para a esfera da ação política em formação. Não restritas a esferas fechadas, tais idéias e atitudes acabam por conter significações diversas incapazes de serem compreendidas, na sua ampla saturação de sentidos, a partir de classificações e valorações estáticas.

Essas questões propostas por Thompson, entre tantas outras possíveis de serem destacadas em sua obra, me parecem, por ora, suficientes para um retorno ao tema das mudanças atuais que nos desafiam, buscando realizar alguns “exercícios” de reflexão sobre a realidade brasileira nos quais, como recurso de aproximação de sua complexidade, possa ser usado o viés das tensões entre o “atraso” e “moderno”, o persistente e o novo, e o caráter “positivo” e “negativo” das ações e valores. Tomo, para isto, o pensamento de alguns autores brasileiros que, de formas originais, também se reportaram a Marx na tentativa de apreensão da complexidade da formação social brasileira.

## **Espelho, espelho meu...**

Parte da história latino-americana e, dentro desta, da história brasileira, parece ser contada através de uma “lógica de espelho”. Esta lógica, abordada por Carlos Fuentes (1990) de forma particularmente bela, realiza-se sempre que a apreensão de nossa história se faz a partir da imagem que temos do *outro*. Contrapostos aos modelos mais acabados do capitalismo, vemos e falamos talvez pouco do que somos. O que enxergamos de nossa própria realidade é um inventário de ausências e desvios em relação ao que *deveríamos ser* em um futuro pouco precisado. E o que narramos de nossos processos é o que conseguimos colher e organizar a partir de uma linguagem também do outro e, por isso, incapaz de nomear e expressar formas, presenças, movimentações e sentidos a ela estranhos.

Essa “lógica de espelho” que, com frequência, podemos deduzir das análises da particularidade latino-americana ou brasileira, parece, no entanto, começar a acontecer, antecipadamente, na própria análise das mudanças dos países dominantes. Ali, porém, ela assume um rearranjo diverso: não é que a realidade dos “de lá” seja analisada a partir de um outro que lhe serve de referência; é que, internamente, certas formas, tomadas quase como absolutas, encobrem a percepção de outros traços essenciais do real.

Um exemplo deste problema é trabalhado por Francisco de Oliveira (2000) na crítica a algumas análises das mudanças atuais que, a título de comprovarem a perda da centralidade do trabalho como categoria explicativa da organização da vida social, incorrem na interpretação distorcida e hiperdimensionada de alguns fenômenos. Dentre outros exemplos dessas distorções, o autor analisa as questões da suposta redução do assalariamento e do tempo dedicado ao trabalho.

Quanto à redução do assalariamento, Oliveira opõe o fato de que, a uma efetiva redução do emprego em setores assalariados clássicos, como o industrial, e mesmo o de serviços, corresponde uma crescente incorporação, no regime assalariado, de categorias profissionais antes definidas como liberais e/ou autônomas – caso de médicos, advogados, executivos e outros, ainda que seus salários mantenham uma parte variável. Tal incorporação modifica substancialmente todo o quadro, não apenas pelo novo resultado quantitativo que provoca, mas principalmente porque muda qualitativamente o perfil do assalariamento.

Quanto à suposta redução do tempo dedicado ao trabalho, na atualidade, Oliveira mostra que o que vem ocorrendo, na verdade, é uma *ampliação do tempo*, nas mais diferentes formas, desde as mais explícitas – como o efetivo aumento da jornada de trabalho no setor de serviços – até outras mais ou menos camufladas – caso dos trabalhadores “de celular ligado e de *pager*”, disponíveis vinte e quatro horas por dia e, portanto, destituídos de seu “tempo livre” como tempo de privacidade.

Essas questões dão visibilidade aos riscos que corremos ao aplicarmos sobre nossa realidade modelos de análise que, além de ancorados na forma como ocorrem as mudanças nos países dominantes, tendem também a lê-las de formas questionáveis, tratando como *redução do trabalho* fenômenos que, antes, expressam “modificações, ampliações e diluições das fronteiras do trabalho” (Oliveira, 2000, p.12); como *mudança no modo de produção* o que é, nos termos de Benko (1996, p.20), “uma modalidade de aprofundamento das relações capitalistas”; e como *fim da formação de classes sociais*, o que pode ser uma importante alteração na formação das classes subordinadas e das identidades e ilusões que a elas correspondem.

Se “lá”, portanto, já se sofre do mal do espelho, pelas imagens distorcidas que ele produz, “cá”, as mudanças são ainda mais incompreensíveis, quanto menos atentarmos para o fato de que muitos aspectos de nossa realidade, apontados como simples *atraso* são, na verdade, aspectos não superáveis pela suposta continuidade de projetos de desenvolvimento,<sup>1</sup> ou pela superposição de aparentes novos projetos, cuja característica constante, entre nós, é de serem projetos de meio caminho.

Não são poucos os autores brasileiros que buscaram e buscam desenvolver esta questão. Florestan Fernandes (1975), em trabalho sobre os problemas de conceituação das classes sociais na América Latina, há muito já lembrava que o capitalismo se objetiva e se irradia historicamente, como força social, de diferentes modos, de forma que o modo histórico-social como ele se concretiza acaba por engendrar sua própria realidade subjetiva. A forma de realização do capitalismo no Brasil seria duplamente marcada: pela dependência externa, em relação aos países de “capitalismo maduro”; e por dependências internas, configuradas por processos nos quais formas de poder estabelecidas se infiltram e se renovam em formas apresentadas como novas. Nem a burguesia, nem os outros possíveis protagonistas sociais adquiriram os mesmos delineamentos percebidos no modelo clássico do “capitalismo maduro”, observando-se que a complexidade dessa formação social torna-se imperceptível se não for feita a relação com a situação paradoxal que lhe serve de base e impulsão: a situação na qual a expansão, em certa medida, de um “progresso” (econômico, cultural e político) não elimina distinções e barreiras sociais aberrantes, consolida-as ou as renova sob novas aparências” (Fernandes, 1975, p. 66-67).

Essa análise reconstrói, na sua complexidade, elementos constituintes de nossa realidade, mostrando que aspectos tidos como arcaicos, longe de fazerem parte do passado e de estarem no presente apenas como resíduos, são elementos ativos no próprio presente, fazendo parte de sua dinâmica. E é, de fato, parte de nosso presente, a existência de uma massa imensa de trabalhadores jamais integrados por completo nas formas mais institucionalizadas de trabalho, configuradas por relações reguladas pelo Estado e pelo acesso a proteções diretas (como a previdência e o ordenamento jurídico de um conjunto de direitos) e proteções relativamente indiretas, como a oferta de uma rede de infra-estrutura e serviços públicos básicos, constitutiva de uma espécie de “salário indireto”.

O espelho que nos ilude faz das suas, conseguindo nos omitir o que está diante de nossos olhos: no Brasil, mais de 40% da População Economicamente Ativa (PEA) não têm qualquer forma de contrato de trabalho.<sup>2</sup> Esta omissão, ocorre através de inúmeras artimanhas: termos como o “desemprego”, por exemplo, como nos mostra Paul Singer (1996, p.3-12), ao serem usados no Brasil, nos indicadores oficiais, flagram apenas parte das movimentações de nossa realidade, pois são referidos à “falta de bons empregos” (os que oferecem salários e estabilidade), silenciando a respeito dos pobres “antigos” que, desde muito, se mantêm às custas de biscates, comércio ambulante e trabalhos sazonais, dentre outros expedientes que nada mais são do que... trabalho.

Enquanto eram mantidas as ilusões do desenvolvimento, saturadas de promessas de permanente ampliação do acesso a formas protegidas de emprego, as classes médias e altas se mantiveram no paraíso, tomando a si próprias como a verdade, enquanto o “resto”, visto como mero resquício, não foi assumido como nossa realidade. E seria importante perguntar qual dessas experiências é mais familiar à boa parte da intelectualidade brasileira.

Desfeitas as ilusões, o dado novo, talvez, não seja apenas o fato de que as classes médias se apavoram diante do abismo. É preciso pensar o sentido real de tais mudanças para aqueles que, sendo trabalhadores e ocupando lugares subordinados na produção, jamais estiveram, no entanto, incorporados às formas mais protegidas de trabalho. Este pode ser um dos aspectos de nossa especificidade ainda não suficientemente considerados nas análises

lises, até porque constitui uma experiência que não pode mais ser desprezada, algo como a “experiência da escassez”, cujos sentidos profundos, apreendidos por Milton Santos (1999 e 2000), são, ao mesmo tempo, uma pista e um legado que deve nos instigar em investigações futuras.

E, se concordamos que esse contingente de trabalhadores é, de fato, extremamente variado e mesmo pouco aglutinado, mas de modo algum residual, talvez, lembrando Thompson, também concordemos que tais características não invalidam a tentativa de compreendermos o processo de formação desses contingentes como um processo de formação de classe. Ao contrário, essa perspectiva parece ajudar a apreensão de possíveis *persistências, valores e atitudes comuns, identidades e diferenciações* onde tendemos a ver apenas fragmentação (Martins, 1988) (grifos nossos).

O que os autores trazidos aqui nos mostram é que, se há algo de residual, em nossa “modernidade”, talvez sejam exatamente os saldos que ficam das lutas dos dominados em direção a essa institucionalização. A esse respeito, Oliveira (1998), lembrando que a construção da cidadania e da democracia tende a ser interminável – já que toda e qualquer aquisição confirmada tende a tornar-se, de imediato, o ponto de partida para o recomeço de um trabalho de ampliação dos limites já alcançados – alerta para o caráter anômalo desses processos no Brasil, na medida em que, aqui,

“os esforços constantes e continuados dos dominados de toda a espécie, para alcançar patamares mínimos de cidadania e de convívio democrático, (...) são permanentemente destruídos pelo amplo leque de dominantes”. (Oliveira, 1998, p. 1)

Pois bem, experiências comuns e tradições, certamente, temos. Mas em um quadro de enormes dificuldades para percebermos *quem somos* (já que os modelos aqui espelhados não favorecem que, ao menos, qualifiquemos o que nos é imputado como mero atraso), a incorporação apressada de referenciais analíticos que esvaziam o trabalho como elemento orientador da vida social parece ser a gota que faltava para borrar, em definitivo, as imagens até aqui construídas a duras penas.

Em um país de diversidades étnicas e culturais como o nosso, é bastante atrativa (e certamente mais fácil) a idéia de que a condição econômica dos grupos sociais possa preceder a própria economia(!), esta sim aparecendo como sobredeterminada por uma cultura onde predomina o atraso e cuja riqueza parece ser afirmada apenas na retórica.

A idéia do fim da centralidade do trabalho e de um raciocínio que, muitas vezes, lhe tem sido complementar (de que não faz sentido pensar em classes sociais e, conseqüentemente, em transformações que resultem de suas lutas) cai como uma luva em um país onde o capitalismo avançado já rói suas entranhas sem que ao menos o capitalismo clássico tivesse sido parido. Empurrado a acompanhar uma ordem internacional da qual não colhe nem migalhas, destituído do mínimo de autonomia que garantiria manter, ainda que precariamente, seu caráter de nação, o país fica, também, como que de alma roubada, quando são desautorizados os quadros de raciocínio que, em certa medida, ainda garantiam a formulação de uma percepção oposta às leituras que serviram de fundamento aos projetos de total adesão ao pensamento único instaurado. Sem os instrumentos de pensamento que tentávamos usar para saber quem somos, e para narrarmos, com nossas próprias palavras, nossa história, ficamos como que condenados a uma orfandade que nos deixa mudos, sem condições de dizer o que podemos e queremos ser.

O aprofundamento da questão teórica acerca das possibilidades de compreensão de nossa organização social confirma-se, assim, como uma necessidade de modo algum restrita à esfera da produção acadêmica, mas, ao contrário, central na própria esfera do pensamento e da ação política.

É importante perceber que algumas teses sobre o fim da centralidade do trabalho podem trazer, em si, um elemento de temporalidade que não pode ser negligenciado, em especial, pelo raciocínio que tende a induzir a respeito do esgotamento da idéia de lutas de classes como movimento possível de transformações históricas. Refletir sobre este elemento de temporalidade talvez ajude a melhor entender os efeitos contraditórios de movimentos do pensamento que, a título de propiciar novas visibilidades, podem apagar os rastros que, ainda que tortos (até por que em construção!), nos serviam de guia.

O núcleo dessa reflexão não é novo e foi suficientemente desenvolvido por José de Souza Martins (1988), nos seus estudos sobre campesinato. Martins identifica, mesmo no pensamento de esquerda, uma tendência a compreender os camponeses como situados em uma temporalidade passada e, portanto, impossibilitados de se fazerem agentes da história. Não é abusivo identificar uma tendência similar em algumas análises que, hoje, insistem em apresentar o *trabalho* como elemento não mais polarizador da organização da vida.

Pode-se ver as idéias sobre o fim da centralidade do trabalho como ancoradas em dois principais percursos analíticos, não necessariamente excludentes ou complementares. Em algumas perspectivas, se dá ênfase a um

*deslocamento de posições* dos elementos organizadores da vida. A perda da centralidade do trabalho, neste caso, não precisa ser vista como uma “saída de cena” do trabalho, mas como um rearranjo dos elementos capazes de explicar o real: deslocado da posição central, o trabalho cede lugar para que outros elementos organizadores da vida ganhem maior visibilidade e sejam melhor apreendidos na sua potência e capacidade de orientação da ação social.

Em outras perspectivas, no entanto, o deslocamento de posição é, principalmente, subordinado a um deslocamento *no tempo*. O trabalho, ou a percepção de sua importância explicativa sobre a organização da vida, é deslocado *para o passado*, isto implicando que também sejam retiradas do presente e do futuro as possibilidades de formação de classes sociais e de lutas orientadas pelas referências de classes que se ponham como movimento de transformações históricas.

Essa segunda forma de interpretação do chamado fim da centralidade do trabalho, principalmente, configura-se como um argumento, por excelência, voltado à decretação do fim das possibilidades de transformação social através de grupos cuja identidade e projeto se formem a partir do lugar ocupado na produção e da consciência elaborada a respeito desse lugar e das desigualdades sociais que daí decorrem. É neste sentido que o elemento temporal implícito nas teses do fim da centralidade também pode estar decretando a destituição das classes subalternas da condição de possível sujeito de transformações históricas.

### Considerações sem fim

Para fechar temporariamente essa enxurrada de questões, penso ser necessário dizer que, de definitivo, ficará apenas a certeza de que não há respostas para cada uma delas. As respostas, inevitavelmente, só poderão ser coletivas e, portanto, sempre produzidas no próprio movimento da história. Mas o acolhimento das incertezas como pistas para novas percepções indica a necessidade de melhor explorarmos o terreno da complexidade e de repormos cada problema antes de jogarmos fora referenciais que foram e podem ser fecundos nesse terreno.

A complexidade da formação brasileira tende a nos parecer tão mais aguda e disforme quanto mais percebida como mera superposição de formas históricas permanentemente incompletas. As referências de leitura, postas nos “modelos puros” de organização social, tendem a dificultar, ainda mais, que percebamos, na nossa aparente absoluta desordem, os delineamentos de formação de identidades e valores que indicam, como nos fala Martins (1988), a possibilidade real de movimentos *freqüentes, disseminados e persistentes* onde só têm sido percebidos movimentos *episódicos, fragmentários e conservadores* (grifos nossos).

Quanto às classes sociais, o que talvez seja essencial dizer é que não se trata de defendê-las como instrumento exclusivo de leitura do real – até porque não o são, de fato. Trata-se, apenas, de não descartar a possibilidade de percepção de algo que, como lembra Thompson, não pode ser resumido a uma construção de pensamento, pois tem existência concreta e apresenta sentidos fundamentais para a realização da história. Certamente, o estudo das classes sociais, ou a referência às formações de classes, em outros estudos, não esgota a questão da complexidade. Mas dilui a falsa visão de que o complexo é o fragmentário, aquilo que a nada se dirige e, conseqüentemente, nada produz de forma coletiva e intencional.

Fico, por fim, relativamente bem com as incertezas. Acho, até, que, a essa altura, elas sinalizam as posturas mais indicadas, interrogativas e inquietas diante das meias verdades e dos projetos de meio caminho. E até porque elas não chegam a apavorar, de todo, quem aprende que certas persistências podem ser profundamente transformadoras.

### Notas

\* Professora Assistente do Departamento de Educação da FFP/UERJ. Doutoranda em Educação - UFF.

1. A este respeito, apóio-me no estudo de Arrighi, *A ilusão do desenvolvimento* (1997). Nele, o autor adota um amplo recorte temporal para tratar dados relativos ao processo de desenvolvimento de países de distintas situações econômicas, mostrando que, percebida em uma mais longa duração de tempo, a possibilidade de um país ascender na hierarquia econômica não passa de exceção em uns raros casos e ilusão para a quase absoluta maioria.

2. Francisco de Oliveira faz referência, com estes dados, aos segmentos que, realmente, não têm formalização da relação de trabalho nem através do regime CLT, nem através de vínculos com o setor público.



---

## Referências Bibliográficas

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. 371 p.

BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. 266 p.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. 157 p.

FUENTES, Carlos. *Valiente mundo nuevo: épica, utopía y mito en la novela hispanoamericana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990. 303 p.

MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. *Entre o céu e a terra: mensurando a utopia?* Texto preparado para o seminário “Cidadania, pobreza e exclusão social”. FINEP/NOVIB/IBASE. Rio de Janeiro, Mimeo. 9/11 dez. 1998b. 21 p.

\_\_\_\_\_. *Passagem na neblina: classes sociais em mudança e socialismo*. Mimeo. 2000. 20 p.

SANTOS, Milton. *Território e sociedade – Entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. 127 p.

\_\_\_\_\_. *A revolução tecnológica, a experiência da escassez e os limites da globalização atual*. Discurso proferido na ocasião do recebimento do título de Doutor Honoris Causa da Universidade de Brasília, em 11 de novembro de 1999. 3 p.

SINGER, Paul. Desemprego e exclusão social. In.: *São Paulo em perspectiva*. São Paulo, vol. 10, nº 1, jan-mar 1996.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v.1. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 204 p.